

ACTA Nº 4 /2014

SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2014

---Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alvaiázere, edifício dos Paços do Município, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Assembleia Municipal, tendo comparecido os senhores membros eleitos: Álvaro Clemente Pinto Simões, José Tiago Guerreiro, Alzira Alves Ferreira da Silva, Carlos Arménio Furtado Santos Faria, Acílio Dias Godinho, António Simões Ribeiro, Vítor Manuel Rodrigues Simões de Sousa, Graça Maria Marques Brás Freitas Grácio, Maria Sofia Dias Ferreira Godinho Silva Santos, Manuel Joaquim Pereira Lourenço, Carlos Manuel Rosa da Graça, José Nunes Rosa, Fernanda da Conceição dos Santos Fernandes de Sousa, Manuel Gonçalves e ainda os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Almoester, Alvaiázere, Maças de D. Maria, Pelmá, Pussos São Pedro. -----

---- Não compareceu à reunião o Senhor Deputado José Alves Castelão, o qual apresentou a respetiva justificação tendo a mesma sido aceite pela Mesa e a sua falta justificada. -----

---- Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Tito Delgado Morgado, a Senhora Vice-Presidente, Célia Margarida Gomes Marques e a Senhora Vereadora Sílvia Rodrigues Lopes. -----

---Declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, passou-se, então, ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

---- **Ponto 1- Discussão e votação da ata da reunião ordinária realizada a 29 de abril e da reunião extraordinária realizada a 15 de maio, ambas do corrente ano:** Pelo Senhor Presidente da Mesa foram colocadas à discussão as atas da reunião ordinária do dia 29 de abril de 2014 e a da reunião extraordinária do dia 15 de maio de 2014, prescindindo-se as respetivas leituras por terem sido previamente enviadas a todos os Membros da Assembleia Municipal.-----

---- O Senhor Deputado Acílio Godinho, no uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes, tendo de seguida referido que, relativamente à ata número 2, de 29 de Abril de 2014, no que respeita à tradução do resultado da votação, aparecem deputados nos dois lados da votação, ou seja, uma duplicação de votos, acontecendo, nomeadamente, com a Senhora Deputada Maria Sofia Dias Ferreira Godinho Silva Santos que aparece nos treze votos contra e, depois, também nos votos a favor, e situação idêntica com os Senhores Deputados Manuel Joaquim Pereira Lourenço e Carlos Manuel Rosa da Graça. -----

---- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e, pediu que se retificasse esta situação. Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a ata à votação, tendo a

mesma sido aprovada por unanimidade. De seguida, colocou a ata número 3 à votação e, não tendo havido nenhuma objecção, esta foi aprovada por unanimidade. -----

----- Passou-se ao **PONTO 2 – Apresentação de expediente:** O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento e colocou à disposição dos Senhores Deputados para consulta, toda a correspondência recebida, minutas e atas das reuniões de Câmara, jornais e revistas. -----

----- Seguidamente, passou-se ao **PONTO 3 – Outros Assuntos:** O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, abriu as inscrições para este ponto. Informou ter em seu poder o e-mail da Junta de Freguesia de Pelmá, que leu para que todos os Membros tomassem conhecimento e que a seguir se transcreve: -----

----- “ Junta de Freguesia de Pelmá – Rua Padre José Nunes Bouça n.º 7 – 3250-330 Pelmá ----

----- Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal de Alvaiázere -----

----- Pelmá, 12 de Junho de 2014 -----

----- Assunto: Onda de assaltos na freguesia de Pelmá. -----

----- Ex.mo Senhor, -----

----- Venho por este meio solicitar a V. Ex.^a que comunique à Assembleia e ao Executivo Municipal a nossa preocupação com os roubos na nossa freguesia desde há cerca de 9 meses. Essencialmente no sul da freguesia, da Aldeia da Serra à Botelha, do Casal da Ribeira aos Marques / Lumiar temos sentido muitos e grandes roubos. A população está sobressaltada e indignada com tal situação. Têm sido alertadas as autoridades, sem resultados práticos. -----

----- Pedimos, assim, ajuda a V. Ex.^a para que se possam tomar medidas com vista a minimização de tal situação. Está em causa a segurança das pessoas e bens. -----

----- Sem outro assunto de momento despeço-me com elevada consideração -----

----- Atentamente -----

----- (Pascoal Leonel Santos Gomes) -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Pascoal, Presidente da Junta de Freguesia de Pelmá, para poder acrescentar mais alguma informação. -----

----- O Senhor Deputado Pascoal começou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu a oportunidade para poder esclarecer o plenário. Informou que a onda de assaltos tem ocorrido principalmente na parte sul da freguesia e, de há mais ou menos nove meses para cá, com assaltos em dias seguidos, considerando ser esta uma situação anormal. Informou que os roubos têm incidido principalmente nas casas de emigrantes ou residentes em Lisboa e que, apesar de as autoridades serem chamadas para intervir, a situação permanece, pelo que tomou a iniciativa de comunicar à Assembleia Municipal a sua preocupação e, saber se é possível fazer algo para estabilizar a situação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos Senhores Deputados, para se manifestarem acerca do assunto. -----

----- O Senhor Deputado Manuel Gonçalves manifestou o seu apoio e preocupação em relação à situação e reforçou a ideia de que é preciso criar condições para que a população se sinta segurança. -----

----- Após verificar que mais nenhum Senhor Deputado pretendia usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que se expressasse sobre este caso.-----

----- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Tito Delgado Morgado, que saudou todos os Senhores Deputados presentes e Membros do Executivo Camarário. Esclareceu que a preocupação que os Senhores Deputados da Freguesia de Pelmá ali trazem, já lhe havia sido comunicado por ambos, verbalmente, há umas semanas atrás, o que despoletou de imediato um contacto com o Senhor Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR). O Senhor Comandante da GNR, confirmou a existência de uma série de acontecimentos do género, sobretudo na parte sul da freguesia de Pelmá, que extravasam bastante a média de ocorrências do concelho e da região e que são, de facto, preocupantes, não existindo, portanto, com a mesma intensidade na restante área concelhia, tendo, no entanto, havido algumas ocorrências nessa restante área, mas que não ultrapassam a média. Informou que essas ocorrências têm incidido principalmente em casas que estão desabitadas ou desocupadas, embora recheadas, em casas preferencialmente de emigrantes ou de cidadãos que na maior parte do tempo estão ausentes, portanto não são residência habitual, sendo por isso casas muito mais expostas, mais indefesas. Chegam a fazer assaltos em casas contíguas a familiares, como é o caso de uma situação em Avanteira em que uma senhora idosa estava a viver em casa do filho, tendo o assalto sido praticado a escassos metros do proprietário. Tudo isto, dá a perceber que só acontece porque existirá uma rede organizada, dada a frequência e a intensidade com que naquela zona têm ocorrido e, claro, junto a esta existirem núcleos de informação, que terão de ser investigados. Apesar de já ter feito chegar junto das autoridades a informação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal julga importante que este assunto tenha sido comunicado à Assembleia e à Câmara Municipal, que o farão chegar às entidades competentes, pois não é normal que aconteça uma onda de assaltos desta natureza sem que seja intensificada a investigação. Salientou ainda que não será uma tarefa fácil, pois os assaltantes sentem-se impunes, fazem-no a qualquer hora do dia, com claro conhecimento não só do terreno, mas também da movimentação dos cidadãos à volta das casas que pretenderão assaltar.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pelmá sobre a apresentação de uma Moção para ser colocada à votação, que prontamente foi aceite. -----

----- Moção -----

*“Onda de Assaltos na Freguesia de Pelmá-----
Tendo tido conhecimento de uma vaga de assaltos que se tem verificado, desde há cerca de 9 meses, na freguesia de Pelmá, mormente na zona sul desta autarquia local (lugares da Aldeia da Serra à Botelha; do Casal da Ribeira aos Marques e Lumiar), bem como da indignação e sobressalto natural que tal situação provoca na população, a Assembleia Municipal, preocupada com a situação descrita, vem, por este meio, requerer às autoridades competentes e,*

particularmente, às forças de segurança, que seja reforçada a vigilância e patrulhamento desta freguesia, bem como se proceda à intensificação das investigações necessárias à identificação dos presumíveis criminosos.

A bem da segurança e bem-estar da nossa comunidade.-----

----- Colocada à aprovação a Moção para Reforço de Vigilância e Investigação à parte sul da Freguesia de Pelmá, com vista à onda de assaltos, esta foi aprovada por unanimidade.-----

----- Após estas intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à disposição dos Senhores Deputados o uso da palavra, com interesse para o concelho. -----

----- O Senhor Deputado Acílio Godinho, no uso da palavra, abordou o assunto referente à Lei nº 64/2013, nomeadamente o seu art.º 2.º e 4.º. O Senhor Deputado explicitou que esta Lei regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares e procede a alteração de legislação anterior sobre esta matéria. No n.º 1 do art.º 2.º, desta Lei, é instituída a obrigação de publicidade e reporte de informação sobre os apoios, incluindo as transferências correntes e de capital e a cedência de bens do património público, concedidos pela administração direta ou indireta do Estado e também pelas Autarquias Locais. No n.º 2 considera-se subvenção pública toda e qualquer vantagem financeira ou patrimonial atribuída, direta ou indiretamente, pelas entidades obrigadas, qualquer que seja a designação ou modalidade adotada. Mais há frente, no art.º 4.º em termos de publicitação, diz no n.º 1 que sem prejuízo de outros requisitos ou publicitações que forem legalmente exigíveis, a publicitação prevista nos artigos anteriores efetua-se através de publicação e manutenção de listagem anual no sítio da internet da entidade obrigada e da Inspeção-Geral de Finanças – IGF. O n.º 2 diz que a publicitação a que se refere o número anterior se realiza até ao final do mês de Fevereiro do ano seguinte a que dizem respeito as subvenções atribuídas, através de listagem contendo a informação exigida, em que a própria lei fixa os requisitos que deve conter essa listagem. O Senhor Deputado esclarece que consultou o *site* da Câmara Municipal e não conseguiu encontrar a listagem. Como foi o primeiro ano em que esta lei entrou em vigor, seria provável que os Serviços ainda não estivessem adaptados para tal, ressalvando que não sabia se era o caso. Ao pesquisar, verificou que, como era o primeiro ano em que entrava em vigor, o prazo tinha sido alterado para março. Considerando que poderia estar enganado, o Senhor Deputado deixou uma nota que, estando a decorrer o mês de Junho, se verifica que esta listagem não foi publicitada no *site* da Câmara Municipal, como a lei obriga, não contribuindo, deste modo, para a transparência que deve haver nestas matérias e para o cumprimento da lei.

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu as palavras do Senhor Deputado Acílio Godinho e, de seguida deu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Faria. -----

----- No uso da palavra, o Senhor Deputado Carlos Faria começou por saudar todos os presentes. De seguida apresentou os parabéns ao Executivo Camarário aqui representado pelo Senhor Presidente da Câmara pela forma como a Vila de Alvaiázere se está a tornar mais bonita, destacando-se mesmo das que estão à nossa volta. A FAFIPA, sublinhou, é um certame que, atualmente, dá vontade que continue por mais dias. Depois continuou, fazendo referência

às estátuas que agora foram colocadas na rotunda da Rua junto ao Tribunal e na Rua que sobe em direção a Bispos, considerando-as muito bonitas, aproveitando também, para apresentar os parabéns aos escultores. Expressou-se dizendo: “O Concelho está a ficar diferente”. O Senhor Deputado destacou ainda a presença assídua, nas reuniões da Assembleia Municipal, das Senhoras Vereadoras Célia Marques e Sílvia Lopes e ainda da Senhora Vereadora do partido da oposição, Teodora Cardo, lamentando a ausência do Senhor Vereador Nelson Silva, que, “andarà muito ocupado com outros afazeres, mas que tente comparecer para tentar ver a realidade e a qualidade de quem anda a representar o nosso concelho, que somos todos nós aqui presentes”. Manifestou desalento pela ausência de autarcas na Homenagem Solene dos 500 anos de Foral Manuelino do Concelho, pedindo até, que ficasse explícita a sua sentida crítica. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que estas reuniões não servem só para criticar ou apontar quando as coisas estão mal, mas também para aplaudir quando há situações que nos parecem bem, tendo aqui exteriorizado a sua concordância com o Senhor Deputado Carlos Faria pela sua intervenção. De seguida, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que respondesse ao Senhor Deputado Acílio Godinho em relação à legislação que referiu. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Deputado Carlos Faria e informou que iria fazer extensíveis aos Membros do Executivo e Equipa Técnica/Colaboradores do Município que com ele têm colaborado, todos os reconhecimentos que aqui lhe foram feitos. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Acílio Godinho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não a considerou pertinente, pois sendo ela de cumprimento obrigatório não poderá ter qualquer questão induzida de ordem estratégica, tática ou política, cabendo, a responsabilidade dessa explicação, exclusivamente aos Serviços, pelo que pediu autorização para que a Técnica Superior presente na Sessão, Célia Ferreira, o fizesse. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Técnica Superior Célia Ferreira:

----- A Técnica Superior Célia Ferreira cumprimentou todos os presentes e informou que, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Acílio Godinho, os Serviços conhecem a Lei 64/2013 e cumpriram os prazos aí estipulados, remetendo à IGF a informação que deve ser remetida e dentro do prazo a que estão obrigados. Quanto à publicitação no *site*, esclareceu que a informação consta neste, desde a altura em que foram disponibilizados os documentos da prestação de contas da Câmara Municipal. Referiu ainda que, além dos Serviços, também a IGF tem de fazer essa mesma publicitação, pelo que, em termos de transparência, os objetivos estão cumpridos, tanto por parte dos Serviços do Município como pela IGF. Se os Serviços não cumprissem com as suas tarefas, a IGF viria junto destes, saber das razões do não cumprimento, o que não aconteceu. -----

----- De novo, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Acílio Godinho:

----- O Senhor Deputado esclareceu que não criticou o Senhor Presidente da Câmara como responsável pela Câmara Municipal, nem os Serviços por esta eventual omissão, mas que, se há

responsabilidade dos Serviços, em última análise a responsabilidade política dos Serviços Administrativos é do Órgão Executivo, ainda que, diretamente, não lhe caiba a ele tratar dos procedimentos administrativos. Informou que o que pretendia dizer é que esta listagem, ao contrário do que acabou de ser dito, foi por ele procurada no *site*, por mais que uma vez não tendo conseguido encontrá-la, não conseguiu ter acesso a ela. Solicitou que, se efetivamente essa listagem lá está, então lhe seja entregue uma cópia. -----

----- Mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio, referindo que deve ter havido ali um desentendimento nas palavras e, pediu novamente que a Técnica Superior Célia Ferreira pudesse esclarecer. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou o pedido para que Célia Ferreira esclarecesse o Senhor Deputado Acílio Godinho. -----

----- Usando da palavra a Técnica Superior Célia Ferreira informou que esta informação está disponível no site e que, de imediato, poderia ser fornecida essa cópia com o despacho, atempado, do Senhor Presidente da Câmara, a mandar os Serviços fazer a publicitação e a enviar para a IGF. Mais esclareceu que, aquando da aprovação dos documentos que integram a conta de gerência, existem mapas onde são discriminadas todas as transferências correntes e de capital concedidas, sendo que o mapa exigido pela IGF no âmbito da Lei referenciada pelo Senhor Deputado, contempla somente os valores que excedam determinado montante.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu para que os Serviços fizessem então, de imediato, esse fornecimento, tendo os técnicos procedido à entrega dos documentos ao Senhor Deputado Acílio Godinho. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para expressar a sua opinião como não tendo entendido como uma crítica da parte do Senhor Deputado Acílio Godinho até à sua segunda intervenção, mas sim como uma observação ou uma pergunta. Explicou que perante as informações prestadas, já não aceita a crítica uma vez que foram cumpridas todas as formalidades legais, informando que devolvia a crítica ao Senhor Deputado pois, cumpre ao Presidente do Município a responsabilidade de todos os atos dos Serviços, sancionando-os quando não são cumpridos, não tendo cabimento, neste caso, a expressão crítica utilizada pelo Senhor Deputado Acílio Godinho pois, e mais uma vez reforçou, legalmente tudo foi cumprido escrupulosamente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa interveio, tentando perceber se a dúvida do Senhor Deputado seria somente a da não publicitação da listagem no *site* da Câmara, questionando-o.

----- O Senhor Deputado Acílio Godinho esclareceu ser na realidade essa a sua dúvida, pois é isso que diz o art.º 4.º da Lei aqui em questão, insistindo que os Serviços, ao incluírem a Listagem aos documentos da Prestação de Contas, não cumprem a Lei. Informou ainda que não fez nenhuma crítica, mas somente disse que não encontrou essa lista no *site* da Câmara e, como não a fez, também não a aceita. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal inquiriu os Senhores Membros da Assembleia Municipal sobre a pretensão do uso da palavra e, após verificar que não haveria mais intervenções, passou para o ponto seguinte: -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**-----

---- **PONTO 1. Informação escrita do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, bem como da situação financeira, para cumprimento do disposto na alínea y) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:** O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município, bem como da situação financeira, colocando de seguida este ponto a discussão. Não tendo havido inscrições, a Assembleia tomou conhecimento da informação. -----

----- Seguiu-se o **PONTO 2. Monitorização e acompanhamento do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) – Informação referente ao 1.º Trimestre de 2014:** No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa transmitiu aos Senhores Deputados que se encontrava aberta a discussão sobre o assunto. Não tendo havido inscrições e após se verificar não haver dúvidas, o Senhor Presidente da Mesa deu como tomado conhecimento e apreciada a informação bem como o respetivo relatório, aprovados, por maioria, na reunião de Câmara Municipal no passado dia 04 de junho, e em cumprimento da deliberação tomada, submetidos a apreciação desta Assembleia Municipal, de acordo com a legislação em vigor, designadamente, a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto. -----

----- A informação relativa ao acompanhamento do 1.º trimestre de 2014 do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), dá-se por transcrito na presente ata dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar. -----

---A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75, de 12 de setembro tornando-se assim desde logo eficaz; -----

----- De seguida passou-se ao: **Ponto 3. Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) – Informação dos Compromissos Plurianuais Assumidos pela Câmara Municipal, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA):** O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, informou os Senhores Deputados que estava aberta a discussão sobre este assunto. Não havendo inscritos, colocou o assunto a votação, tendo sido deliberado aprovar por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1) do artigo 6.º da Leis dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a listagem dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal ao abrigo da autorização prévia genérica concedida na Sessão da Assembleia Municipal de 27/11/2013. -----

A listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia, no âmbito da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, dá-se por transcrita na presente ata dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar. -----

---A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75, de 12 de setembro tornando-se assim desde logo eficaz; -----

---- Passou-se ao **PONTO 4. Mapa de pessoal/2014 – 1.ª alteração:** O Senhor Presidente da Mesa colocou o presente ponto a discussão. Não tendo sido solicitada a palavra por nenhum dos Senhores Deputados, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados Acílio Dias Godinho e Maria Sofia Dias Ferreira Godinho Silva Santos. -----

---- O documento de alteração do Mapa de Pessoal dá-se por transcrito na presente ata dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar. -----

---A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75, de 12 de setembro tornando-se assim desde logo eficaz; -----

---- Prosseguiu-se para o **PONTO 5. Segunda Revisão Orçamental ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano - 2014:** Pelo Senhor Presidente da Mesa foi apresentado, para apreciação, o documento relativo à “Segunda Revisão Orçamental ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano - 2014”, questionando, de seguida, se algum dos presentes pretendia usar da palavra sobre este assunto. -----

---- Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a 2.ª revisão orçamental a votação, a qual contempla, também, alterações a nível da despesa, sendo o valor total do saldo a incorporar de 96.550,08€ (noventa e seis mil quinhentos e cinquenta euros e oito cêntimos) e de alterações 188.005,00 (cento e oitenta e oito mil e cinco euros), bem como a plurianualidade da despesa nela contida, tendo esta sido aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados Acílio Dias Godinho e Maria Sofia Dias Ferreira Godinho Silva Santos, nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

---- A 2.ª Revisão Orçamental da receita e despesa e das Grandes Opções do Plano, dá-se por transcrita na presente ata, dela fazendo parte integrante.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tornando-se assim desde logo eficaz. -----

---- O Senhor Presidente da Mesa manifestou o seu agrado pela forma como decorreu a Sessão e lembrou aos Senhores Deputados que, estando o Concelho a viver, neste momento, quatro dias de grande movimento com o certame FAFIPA – Alvaiázere Capital do Chicharo, onde se pretende que sejam divulgados os nossos produtos, desejou ao Executivo Camarário que tudo decorra da melhor maneira possível e que o evento seja um êxito. Depois, convidou os Senhores Membros da Assembleia Municipal a terem uma participação ativa, lembrando que foram eleitos pelo povo, pelo que têm obrigação de estar presentes, para apoiarem todas as grandes iniciativas do Concelho.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu licença para intervir no sentido de convidar, tal como fez o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à participação no certame FAFIPA – Alvaiázere Capital do Chicharo 2014, que se estenderá até ao próximo domingo. Convidou de um modo especial, a participarem nas Comemorações Oficiais do Dia do Concelho, no dia 13 de Junho, mas se possível, a participarem também em todas as outras atividades. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Faria pediu para exprimir a sua opinião sobre o assunto agora em debate e apelou à participação, através da presença de todos, independentemente do partido político que representam, pois o certame é de todos, é dos Alvaiazerenses. -----

----- Seguidamente o Senhor Deputado Acílio Godinho no uso da palavra, manifestou a sua satisfação por mais um certame que se vai realizar, dizendo que sendo Alvaiazerense gosta de ver a sua terra a ser divulgada, ser notícia, sendo seu desejo que este continue e sempre com êxito. -----

---E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, _____, 1º Secretário redigi e também assino. -----